

Cadernos Espinosanos

número especial sobre Maquiavel e Espinosa



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 32 jan-jun 2015 ISSN 1413-6651

IMAGEM escultura de Maquiavel em mármore, 1845, autoria Lorenzo
Bartolini, presente na *Galleria degli Uffizi* em Florença.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO EM MAQUIAVEL

Vimerson Araujo de Sousa^{1*}

Mestrando, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, Brasil

vimerson@superig.com.br

RESUMO Este artigo tem por objetivo destacar o papel da religião na perspectiva política de Maquiavel, a forma como a religião atende os interesses da política, bem como as nuances constatadas na relação entre política e religião a partir dos interesses específicos de cada lado, esclarecendo assim a estreita relação histórica entre esses dois pilares essenciais à sociedade republicana. Veremos como se dá tal relação, tendo como pano de fundo a prática religiosa na política em diferentes situações, a partir *d'O Príncipe* e dos *Discorsi*.

PALAVRAS-CHAVE Maquiavel, política, religião, cerimônias religiosas.

1 * O presente artigo refere-se a parte da dissertação de mestrado, intitulada “A relação entre política e religião em Maquiavel”, bem como, ao trabalho apresentado no I Colóquio Luso-brasileiro Maquiavel-Espinosa, realizado na USP em 13 e 14 de novembro de 2013.

INTRODUÇÃO

I. A PRÁTICA RELIGIOSA NA POLÍTICA

O tema “religião” está presente em todas as obras de Maquiavel, ora de maneira superficial, ora dedicando-lhe capítulos específicos, como em “*O Príncipe*”, no capítulo XI, que trata dos *principados eclesiásticos*. A religião também é citada por Maquiavel, a partir de uma abordagem bem delimitada, como uma das cinco qualidades importantes que todo príncipe deve ao menos parecer que tem². Sendo assim, é possível encontrar vários aspectos sobre esse tema, de modo que um aspecto particularmente interessante da religião está presente de forma muito evidente nos “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*”. Trata-se da prática religiosa na política.

A contribuição de Maquiavel sobre a presença e a importância da religião na política comumente é discutida no aspecto pessoal de sua religiosidade, em que o foco da discussão muitas vezes questiona se Maquiavel foi “*cético ou crente, se foi pagão ou cristão, se estava mais próximo da Reforma ou de Loyola*” (TOMASINI, 1999, p. 564). Porém, mais do que preocupar-se com a religiosidade pessoal do autor florentino, é importante “*ver historicamente, na ordem do movimento e do pensamento religioso, como ele se conduziu, o que pensou, o que fez*” (TOMASINI, 1999, p. 564), em

2 Quanto às cinco qualidades que todo Príncipe deve ao menos parecer que tem, é o próprio Maquiavel quem diz n’*O Príncipe*: “*Assim, debes parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso e sê-lo, mas com a condição de estares com ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas tornar-te o contrário*” (MAQUIAVEL, 2011, p. 87).

relação à religião. Nesse sentido, falaremos da religião sob a perspectiva do resultado prático que ela pode gerar na política e não a partir da religiosidade pessoal do autor.

Esta abordagem se justifica, pois notamos que Maquiavel não está preocupado com a questão dogmática da religião, de modo que, em praticamente todas as referências, ele não discute tal questão. Afirmamos, então, que o que realmente importa para ele é a questão da moralidade da religião, podendo ser compreendida como os costumes e comportamentos das pessoas frente à política. A partir daí, identificamos que o secretário busca no paganismo uma nova visão sobre a religião na política da cidade, em que as características presentes no paganismo, que não tem doutrina, podem ser relevantes para a política, resultando numa crítica à religião cristã.

Ainda que seja possível interpretar a crítica maquiaveliana sob a perspectiva da doutrina da religião cristã, ele, na verdade, critica os efeitos das cerimônias cristãs no comportamento dos governantes e do povo, como resultado de uma ação que não instila neles a *virtù* da antiguidade em detrimento da virtude cristã, divorciada do uso das armas.

A religião é, destarte, considerada por Maquiavel como geradora de coesão, domínio, subordinação e manutenção do Estado, portanto de controle e que aparentemente suporta certo poder coercitivo. Além disso, é suscetível de unir os cidadãos em torno dos príncipes, das instituições e das leis.

É exatamente sob a perspectiva de que a religião está presente no contexto político e se destaca como fator fundamental em muitas

decisões, que alguns comentadores³ lhe dedicam um olhar especial, destacando suas habilidades como efetiva colaboradora nas estratégias definidas pelos governantes. Consideramos, então, que a religião a partir das cerimônias destaca-se como peça importante no tabuleiro político, cujo objetivo está interseccionado à busca pelo poder com honras e glórias.

Veremos então, neste artigo, como é que a prática religiosa influencia a política a partir das armas e das leis⁴. Aliás, ele mesmo afirma que “os principais fundamentos de todos os estados, tanto os novos como os velhos ou os mistos, são as boas leis e as boas armas” (MAQUIAVEL, 2011, p. 59).⁵

Também veremos como Maquiavel identifica na força do aspecto cerimonial da religião sua conveniência na fundação ou refundação de um estado, bem como se deu o emprego da religião na fundação de Roma, em que ele apresenta pelo menos cinco exemplos⁶ de como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade e alcançar o sucesso em suas ações. São eles: restringir a escolha dos tribunos à classe dos nobres, atemorização da plebe para dominá-la, manter o exército

3 De um modo geral, encontramos nas obras de Quentin Skinner a preocupação com as fundações do pensamento político moderno e sua metodologia, já em Lefort a preocupação com o futuro da obra e em Bignotto, os fundamentos do republicanismo de Maquiavel.

4 Sobre as boas leis, Maquiavel afirma no capítulo XII d’*O Príncipe* que prefere deixar de “refletir sobre as leis e falar sobre as armas” (MAQUIAVEL, 2011, p. 59), tema esse que será explorado nos *Discursos* e neste caso, a religião também tem influência.

5 Apesar de muitas edições utilizarem o termo “*exércitos*”, nesta edição e no texto original encontra-se “*armí*”, cuja tradução mais exata é “*armas*”. A substituição de “*armas*” por “*exércitos*” não parece adequada, uma vez que o primeiro termo é mais amplo e abrange todo o sistema militar do estado.

6 Segundo Maquiavel, o próprio Tito Lívio cita diversos exemplos de como os romanos utilizavam a religião para reordenar a cidade e alcançar o sucesso em suas ações, mas ele preferiu os cinco exemplos que constam no capítulo 13 - Livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (MAQUIAVEL, 2012).

disposto para os combates, criação de leis e juramentos.

Além das cerimônias religiosas, a relação dos príncipes com a religião será investigada, da mesma forma que compreenderemos como a religião pode influenciar as ações militares do exército e neste caso veremos, por exemplo, como a ausência de armas representa um dos fatores determinantes para o fracasso político. Maquiavel identifica nas ações de Savonarola, conhecido como um profeta desarmado, o contexto exato para justificar suas ideias sobre o fracasso quando não se faz uso das armas. Trata-se de uma crítica a Savonarola, pois a religião dele era incompatível com as armas.

A oratória de Maquiavel compreende um esforço particular em apresentar referências históricas, citando diversos exemplos e apresentando formas de utilizá-los ou não na prática política, sendo que, na maioria deles, a religião está presente, como no caso das ações de Moisés, Alexandre VI e Júlio II que, ao contrário de Savonarola, foram príncipes cuja religião ensinava buscar as armas.

Enfim, nossa análise irá considerar o distinto lugar que a religião ocupa n'*O Príncipe* e nos *Discursos*, nos quais é possível identificar diferentes abordagens e objetivos no principado e na república, caracterizando assim a importância da religião em diferentes situações no contexto político.

Dessa forma, será possível entender que o percurso realizado por Maquiavel – através de suas ideias, de uma oratória bem articulada e da utilização de exemplos que retratam quase sempre situações extremas – tem por objetivo final a reunião de todos os meios disponíveis para influenciar as decisões da Casa dos Médici em relação à unificação da

Itália, de modo que em tal objetivo torna-se inevitável considerar uma estratégia que envolva a religião.

I

II. AS ARMAS EM MAQUIAVEL

Considerando que tanto *O Príncipe* quanto os *Discursos* foram escritos num período em que havia intenso conflito político nas cidades italianas, entre república e monarquia, que os reinados eram hereditários ou obtidos pelas armas, o que exigia dos príncipes, sem dúvida, o uso da força para levar em frente seus objetivos, ainda que seja “*uma das matérias mais importantes para um príncipe*” (MAQUIAVEL, 2011, p. 92) ter o povo ao seu lado, satisfazendo-os e deixando-os contentes, a experiência política narrada e vivenciada pelo autor florentino mostra-se sucessivamente como um conjunto de ações em que o uso das armas é praticado e muito necessário nesse processo. A partir daí, encontramos n’*O Príncipe* uma reflexão sobre o poder político presente nas ações dos governantes, passando necessariamente pelo uso das armas, e que a religião é um dispositivo de construção do estado e grande aliada do príncipe para que ele alcance seus objetivos. A religião é um dado social instrumentalizado pelo príncipe.

Dada a importância da utilização das armas, Maquiavel fala sobre a necessidade de se ter uma força militar própria e para isso pondera no capítulo XII d’*O Príncipe* sobre *quantos gêneros há de milícias e de soldados mercenários*. Neste contexto faz-se uma crítica aos soldados mercenários – do latim *mercenarius*, de *mercê*: *comércio, escambo monetário e/ou dinheiro* –, que são extremamente infíeis e capazes de tornarem-se, a seu bel-prazer, inimigos de quem os contratou.

O mercenário é aquele que não possui direito ao estatuto de combatente ou de prisioneiro de guerra, pois falta-lhe o que a religião dá ao cidadão, de modo que o lugar que a religião tem no contexto da utilização das armas não teria efeito algum sobre tropas mercenárias. Para Maquiavel:

Aquele cujo estado se apoia nas armas mercenárias jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem fé para com os homens. [...] a ruína da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias (MAQUIAVEL, 2008, pp. 59-60)

Se de um lado estão os soldados mercenários, que não têm religião nem temor a Deus, do outro, em contraposição, estão os soldados romanos, que são cidadãos extremamente religiosos e certamente refletem o modelo ideal de força militar escolhido por Maquiavel, em cujas considerações credita a ruína da Itália a esses calculistas e traiçoeiros sem fé. Segundo Carlos Ranunfo:

Maquiavel coloca que política é um território traiçoeiro e que nem sempre uma conduta marcada por princípios rígidos leva aos melhores resultados. O desafio é saber que se está lidando com terreno pantanoso ⁷.

7 Tal citação consta do artigo de Carlos Ranunfo publicado no Jornal Estadão por conta das comemorações dos 500 anos da publicação d'O *Príncipe*.

É nesse terreno pantanoso que o príncipe exerce suas ações com *virtù*, colhendo os benefícios da fortuna e objetivamente fazendo uso das armas. Diante do desafio de alcançar vitórias com honras e glórias, Maquiavel analisa a prática exercida por diversos príncipes do passado e delinea o comportamento dos príncipes do seu tempo, norteando o meio adequado para defender o governo.

Um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos; e outro externo, por conta das potências estrangeiras. O meio de se defender destas são as boas armas e os bons amigos, e sempre que tiver boas armas terá também bons amigos (MAQUIAVEL, 2011, p. 90).

Fica claro que o uso das boas armas é condição para se defender de potências estrangeiras, bem como para obter bons amigos. Assim, os príncipes que colocaram em prática os conselhos do secretário obtiveram mais sucesso do que fracasso em seus objetivos: chegar ao poder e nele manter-se com honras e glórias. Trata-se de uma práxis que exige *virtù*, o domínio sobre a fortuna.

Nesse sentido, podemos considerar que Maquiavel é um dos grandes responsáveis pela noção moderna de poder, compreendida por força militar. Porém, nesse cenário encontramos uma verdadeira tensão social, na qual há conflito entre os humores de dois grupos, “*o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo*” (MAQUIAVEL, 2011, p. 45). É por conta dessa tensão que Maquiavel conclui que “*o principado provém do povo ou dos grandes*” (MAQUIAVEL, 2011, p. 45).

Para esse cenário político, Maquiavel percebe que o poder exercido pelo príncipe está diretamente relacionado a uma nova maneira.

Sua concepção de ‘força’ inaugura uma nova ética: laica, prática, em que o poder político é dissociado da ética cristã e rememora a *virtù* antiga, pois quase tudo é válido desde que o objetivo seja conquistar o poder e nele manter-se com honras e glórias, com ou sem o apoio do povo, mas preferencialmente “*tendo o povo como amigo*” (MAQUIAVEL, 2011, p. 47).

Tendo ou não o povo como amigo, a ideia de força e o uso das armas apresentado por Maquiavel inserem a religião noutra contexto, trazendo à tona um novo comportamento a ser praticado pelo príncipe, e para justificar essa consideração apoiamo-nos no exemplo que melhor reflete o que Maquiavel expressa – ainda que tenha recorrido a Cícero –, pois é suficiente para embasar a crítica maquiaveliana de que a religião cristã praticada em seu tempo estima pouco as honras mundanas e o que realmente importa é a ferocidade na prática do príncipe, tal qual já foi mostrado no exemplo da raposa e do leão. Savonarola tinha virtude [cristã], e por esse motivo não fez uso das armas, de modo que tal virtude é percebida por Maquiavel como muito perniciososa e desprezível frente à *virtù* antiga, que, quando desenvolvida, tem relação direta com o uso das armas.

Ele chama a atenção e faz ecoar em seus conselhos a necessidade de uma religião que defenda a pátria e os interesses da política, utilizando-se de todos os meios necessários e disponíveis, entre eles a força através das armas.

É diante deste objetivo de resgate dos comportamentos da religião pagã – que conserva características que se coadunam com o comportamento do príncipe –, em oposição aos da religião cristã, que Maquiavel expressa o desejo de uma Itália poderosa e unificada, fazendo referência à natureza animal do homem, e assim reverberando o pensa-

mento de Cícero através do exemplo da raposa e do leão.

Visto que um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que fazem simplesmente a parte do leão não sabem com o que estão lidando. Assim, um senhor prudente não pode, nem deve, observar a fé, quando essa observância virar-se contra ele ou quando deixarem de existir as razões que o haviam levado a prometê-la. Se os homens fossem todos bons, esse preceito não seria bom, mas, como são maus e não observam sua fé para contigo, tampouco tens de cumprir a tua (MAQUIAVEL, 2011, p. 86).

Se nas ações da natureza humana a raposa representa a astúcia e o leão representa força e violência, nas práticas religiosas do paganismo esses são comportamentos extremamente comuns. A ferocidade é um componente fundamental da *virtù* e Maquiavel compreende que ela – a ferocidade –, é necessária ao príncipe e está presente nas religiões pagãs, bem como no início da religião cristã, porém foi se perdendo ao longo do tempo.

Tais ações da natureza humana são facilmente constatadas nas atitudes de Moisés – que, segundo as escrituras, matou cerca de três mil homens na libertação do Egito –, na articulação do Papa Alexandre VI – através de seu filho Cesar Bórgia, que praticou todo tipo de violência para que seu pai fosse eleito Papa –, e nas ações do Papa Júlio II – que retomou os ideais de origem da religião dos cristãos, aproximando-se da religião pagã quando do uso das armas com as próprias mãos. O contraste e talvez o exemplo mais concreto de como a religião cristã tornou-se efeminada é frei Savonarola, que tinha autoridade espiritual, mas não fez uso das armas, tornando suas ações um verdadeiro fracasso.

O comportamento dos príncipes apresentados por Maquiavel, como aqueles que com ferocidade chegaram ao poder, apontam para o fato de que a política não comporta aventuras, posto que a ação do homem em Maquiavel deva ser amplamente marcada pelo cálculo e pelas circunstâncias que permitem a ação política. Nesse sistema, a religião não participa de forma coadjuvante, mas desempenha função de sustentação no transcurso para a inclusão das armas na ação do príncipe.

III. A FORÇA DO ASPECTO CERIMONIAL DA RELIGIÃO

O aspecto cerimonial da religião tem, entre outras características, a força para colaborar com o príncipe no processo de persuadir o povo para o cumprimento das leis, regras e costumes do estado, a partir de uma exigência divina e não humana. No republicanismo maquiaveliano, encontrado de maneira bem delimitada nos *Discursos*, está o esforço do secretário para conscientizar o governante sobre a distinção da religião como objeto proficiente às decisões, de modo que, assim como a fundação e estabilidade de um estado dependem da *virtù* do príncipe, a religião e seu aspecto cerimonial também dependem dessa mesma *virtù* para serem colocados em prática.

Para Maquiavel, a religião e suas cerimônias têm parte importante no benefício da república, colaborando assim com a organização de uma sociedade com governo estável. Percebemos então que os *Discursos* tratam da religião do povo, ou seja, o efeito político da religiosidade popular na ação do governo.

Tal estabilidade também pode ser alcançada quando se mantém a sociedade sem corrupção, estabelecendo assim um paralelo entre a

república e o culto. Podemos dizer, entretanto, que, para manter uma sociedade incorrupta, é necessário manter incorruptas as cerimônias religiosas e, nesse caso, a corrupção religiosa está relacionada em utilizar-se dela – a religião – em favor próprio, do príncipe ou das repúblicas.

A força do aspecto cerimonial da religião também está na capacidade de manter a estabilidade do estado, a reordenação social e no processo anticorrupção dos atores sociais.

Os príncipes ou as repúblicas que queiram manter-se incorruptos devem, acima de tudo, manter incorruptas as cerimônias de sua religião e venerá-las sempre; porque não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino (MAQUIAVEL, 2012, p. 52).

A cerimônia religiosa transmite credibilidade e segurança ao povo, não importando a Maquiavel o significado de seus gestos ou símbolos, mas sim o resultado prático que ela gera. Trata-se de um evento de visibilidade que na perspectiva das paixões e dos sentimentos individuais torna-se instrumento mobilizador dos afetos, evidenciando, assim, seu caráter moral e distanciando-se da questão dogmática e normativa da religião.

Religious faith fosters the morality necessary for the good order and best interests of society, and is therefore the basic foundation of good government. That is why the wise men of antiquity inculcated in the people a reverence for the gods and always considered it a grave error to undermine the power of religion, even though many of them knew that what were being venerated were not real gods. The most eloquent example, Kendall notes, is that of the Romans, for whom oaths were the true safeguard of duty. Christianity not only offers a clear vision of one's duties, but also provides strong motivations to adhere to virtues; it presents our

liberty and our happiness as the subjects of divine concern, it exhibits extraordinary examples of benevolence, it prohibits the indulgence in selfish passions and admonishes that honoring men is tantamount to dishonoring God (VIROLI, 2010, p. 21-22).

Se com a religião pagã as cerimônias religiosas são praticadas com características de ferocidade e violência, que se refletem no comportamento social, é o cristianismo quem distorce e substitui a ideia de chegar ao poder e manter-se nele com honras e glórias pelo afastamento das paixões e honra a Deus, em detrimento das ações do homem. Isso posto, justifica-se o que defendemos sobre a importância do aspecto moral da religião a partir das cerimônias.

O autor florentino vai muito além, ao estabelecer um grau de destaque à religião em oposição aos que destroem religiões, quando diz: “São, ao contrário, infames e detestáveis os homens que destroem religiões, dissipam reinos e repúblicas, inimigos da *virtù*...” (MAQUIAVEL, 2012, p. 44).

A crítica de Maquiavel aos homens que destroem religiões, reinos e repúblicas, coloca a religião no mesmo patamar das formas de governo reconhecidas por ele⁸. Se a república ocupa um lugar de grande importância no pensamento de Maquiavel, as ordenações religiosas são igualmente importantes, ratificando, assim, o que defendemos neste estudo: a religião e suas cerimônias interferem na política, atendendo ou não aos seus interesses.

8 Justificamos esta ideia com a afirmação em que Maquiavel diz que “*todos os estados, todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados*”. (MAQUIAVEL, 2012, p. 44, p. 05).

Essa capacidade pode ser constatada quando Maquiavel descreve detalhes da realização das cerimônias religiosas reais. Em muitos casos ele apenas cita um juramento feito ou um sacrifício praticado, mas no caso da derrota dos samnitas pelos romanos, constam registros nos *Discursos*, com riquezas de detalhes, que reafirmam a importância do culto para o desenvolvimento político. Na *História de Roma*, Tito Lívio narra originalmente o mesmo combate com ainda mais detalhes.

(...) os samnitas tinham preparado a guerra com a maior riqueza possível de armamentos e recorrido ao poder dos deuses, tornando de algum modo, graças a um certo rito antigo de juramento, seus soldados iniciados. As tropas foram recrutadas em todo o Sâmnio, de acordo com a nova lei que dizia que todo mobilizável que não se juntasse ao exército conforme a ordem dos generais, ou que o abandonasse sem sua ordem, teria a cabeça consagrada a Júpiter (TITO LÍVIO, 1989, p. 339).

Nessa experiência, as cerimônias religiosas estiveram presentes do início ao fim da guerra dos samnitas e, apesar disso, não foram suficientes para alcançar a vitória. Todavia, até o momento da derrota pelos romanos, os samnitas lutaram e foram até o fim pelo pacto realizado anteriormente na presença dos deuses. Algo semelhante aconteceu com Savonarola, tornando-se o exemplo do fracasso e da característica a não ser seguida pelo governante, sob o risco de, assim como ele, incorrer no insucesso.

IV. A RELIGIÃO NA FUNDAÇÃO DE ROMA

Notamos que o olhar de Maquiavel sobre a paradigmática fundação de Roma é formado por um conjunto de pressupostos que leva em conta a grandeza do império romano a partir da força constitutiva das leis, da realidade da fundação construída por homens nativos e da

combinação da violência de Rômulo com as leis e a religião de Numa Pompílio. É como se em toda fundação e, em especial, na fundação de Roma, esteja implicado um processo de temor originário. Tal temor que é suscitado no ato originário está sistematizado nas leis e/ou na religião, consagrado na superioridade dos costumes, reafirmado por atos exemplares. São as forças que mantêm a coesão política.

Segundo a tradição romana, Rômulo – que tinha um irmão gêmeo, Remo, tendo ambos sido amamentados por uma loba⁹ –, foi o primeiro rei de Roma. Segundo Tito Lívio “*o destino exigia, (...) a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses*” (TITO LÍVIO, 1989, p. 25). Apesar de ser inegável a presença da religião através deste mito fundador, que respalda a origem de Roma no sagrado e no divino, o assunto é minuciosamente narrado por Tito Lívio na “*História de Roma*”, mas não é explorado nem comentado por Maquiavel, o que nos leva a acreditar que ele considera que o fato mais relevante se deu após a morte de Rômulo, que foi sucedido por Numa Pompílio, rei este que inseriu a religião na república romana. Se por um lado Tito Lívio registra a fama de Numa por sua justiça, religiosidade e profundo conhecimento do direito canônico e civil, por outro, Maquiavel comenta que:

Numa Pompílio, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma

9 A tradição diz que os irmãos Rômulo e Remo foram amamentados pela mulher de Fáustulo, chamada Larência, julgada por muitos uma prostituta, “*uma ‘loba’, como chamavam os pastores*”. (TITO LÍVIO, 1989, p. 25).

cidade; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a deus quanto naquela república (MAQUIAVEL, 2012, p. 49).

Percebe-se que a religião tem papel fundamental na organização do povo romano, assim como na obtenção da conquista de uma cidade voltada ao culto dos deuses e sem perturbar a paz dos povos vizinhos. O compromisso do povo para com Deus parece superar as leis da república, fazendo com que, dessa forma, a república possa ser conduzida através da religião e do temor a Deus, por parte do povo, ainda que o uso da força também seja utilizado nessa relação. Essa relação fez com que Numa ocupasse um lugar de destaque na fundação de Roma pelo simples fato de ter introduzido a religião na cidade, já a Rômulo coube uma posição secundária, ainda que tenha fundado as instituições políticas e militares.

Quando parla di religione pagana soprattutto della Roma antica, l'autore ha una visione completamente differente. Afferma infatti che 'capi e ordinatori delle religioni' sono più importanti rispetto ai fondatori di regni o repubbliche. Secondo il suo giudizio, la gloria dei Romani era dovuta in primo luogo a Numa, che istituì il culto religioso, e solo secondariamente a Romolo, fondatori di istituzioni politiche e militari (VIROLI, 2013, p. 81).

O uso da religião por Numa foi uma das ações responsáveis pelo êxito de suas ações em Roma. E como em toda obra de Maquiavel, em que o uso da retórica e os exemplos do passado servem para definir o futuro, pode-se dizer que ter a religião aliada às ações do reino ou da república resulta finalmente no êxito da manutenção do poder. A religião é capaz de dar sobrevida à morte do príncipe, pois suas ordenações são duradouras.

(...) concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensinou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas (MAQUIAVEL, 2012, p. 51).

É Numa Pompílio quem utiliza pela primeira vez a religião em suas cerimônias, ainda que simuladas, para ordenar o senado romano e criar outras ordenações civis e militares:

(...) este [Numa Pompílio] simulou ter intimidade com uma Ninfa, que lhe aconselhava aquilo que deveria aconselhar ao povo: e tudo porque ele queria criar ordenações novas e inusitadas naquela cidade, mas desconfiava que sua autoridade não bastava (MAQUIAVEL, 2012, p. 50).

Maquiavel considera, entre outras coisas, que através das cerimônias religiosas também é possível dar ao povo certa condição de liberdade a sua cidade, de modo que, ao manter as cerimônias religiosas antigas, o príncipe cria condições para reformar um estado antigo em um estado novo, mantendo vestígios e costumes dos antigos modos. A liberdade almejada pelo povo está relacionada a viver sob as leis, manter clima amistoso com outras cidades e transformar as riquezas conquistadas em bens comuns. O uso da religião para dar ao povo esta condição de liberdade, através do método que considera manter as ordenações antigas de um povo, pode ser compreendido quando Maquiavel fala sobre a prática do *Rex Sacrificulus*:

(...) em Roma se costumava realizar um sacrifício anual, que só podia ser presidido pela pessoa do rei, os romanos, não querendo que o povo viesse a sentir falta de qualquer das coisas antigas

devido à ausência do rei, criaram um dirigente para tal sacrifício e deram-lhe o nome de Rex Sacrificulus (MAQUIAVEL, 2012, p. 87-88).

Entre tantos exemplos que poderiam ser citados por Maquiavel quanto a manter antigos modos, ele prefere citar exatamente a prática da realização do sacrifício anual. Trata-se de uma cerimônia religiosa exercida por um sumo sacerdote da nação, considerado rei das coisas sagradas ou rei dos sacrifícios. Com esse exemplo, nota-se que de fato as cerimônias religiosas ocupam lugar de destaque quando o objetivo é reformar um estado antigo.

Se, para Maquiavel, Rômulo é considerado um rei forte e cheio de *virtù* e Numa um rei inicialmente fraco, é exatamente o aspecto cerimonial da religião que concede ao segundo a capacidade de reordenar a sociedade, bem como proporcionar ao povo paz e felicidade.

Foi, portanto, a *virtù* de Numa que o fez utilizar a religião, de modo que Maquiavel parece querer que o príncipe tenha ciência da religião na política a partir de um método, de que ele não abre mão, que considera a realidade histórica e não a doutrina, nem a combinação desse método com a doutrina.

Por fim, nesse contexto, verificamos mais uma vez que Maquiavel visita os eventos históricos, que aparecem de maneiras estridentes, cujas características acontecem através de um processo recorrente, como dito anteriormente. Nesse sistema, a religião e o culto divino fazem parte desse movimento em que a lição assimilada do passado tem por objetivo irrevogável a conquista e a estabilidade do governo.

V. O EXÉRCITO E A RELIGIÃO

As obras de Maquiavel estão repletas de orientações sobre como o exército é importante na fundação e manutenção do estado. Nesta perspectiva encontramos quase sempre a religião como grande aliada às ações do exército, de modo que nos estados em que a religião ocupa lugar de destaque, pode-se introduzir facilmente o espírito militar. Já nos estados com povo guerreiro, mas sem religião, é difícil inseri-la. Ainda que o impacto da religião na sociedade seja forte, ele não é suficiente, necessitando, assim, do uso das armas através dos exércitos.

O melhor exemplo dessa relação se dá em Roma, onde os romanos utilizaram da religião seu caráter moral e seu vínculo com o divino, ora causando medo, ora reordenando a cidade, conforme os objetivos dos dominantes, e isso é de fato o que importa da religião para a política, de modo que o pensamento de Maquiavel é desenvolvido a partir da *História de Roma*, de Tito Lívio, culminando nos *Discursos*. Antagonicamente, em Florença, encontramos a religião na articulação de Savonarola com o povo, um grande exemplo de como ela é importante, porém insuficiente para concretizar os objetivos, criando certa dependência entre a religião e as forças militares.

A religião, seja ela qual for, através de seus auspícios e augúrios, era a certeza necessária ao povo e aos exércitos para levar adiante ou não suas ações, tornando-se cada vez mais constante a necessidade de um contato com o divino, como forma prévia de tomar decisões assertivas – “... e nunca iam a uma expedição sem antes terem convencido os soldados de que os deuses lhes prometiam a vitória” (MAQUIAVEL, 2012, p. 52).

As cerimônias religiosas passam a fazer parte do centro das decisões a serem tomadas pelos príncipes e pelos exércitos. A religião torna-se aqui um instrumento capaz de motivar e inserir nos soldados a convicção da vitória, motivo pelo qual, muitas vezes, após um ritual religioso e através de juramentos individuais, o exército vai à guerra, tendo como objetivo a vitória e a vingança daqueles que foram mortos em outras batalhas. Foi o que fizeram os romanos no combate vitorioso com os samnitas.

E, travado o combate, os samnitas foram vencidos, porque a *virtù* romana e o temor que eles sentiam pelas derrotas passadas venceram qualquer obstinação que pudessem ter ganho em virtude da religião e do juramento feito (MAQUIAVEL, 2012, p. 63-64).

Nesse caso, a religião ocupou um lugar de extrema importância na decisão dos samnitas de combater os romanos, mas foi a *virtù* e o temor dos romanos, aliados à religião, através de um compromisso firmado em uma cerimônia, que lhes trouxeram a vitória sobre os samnitas. O caso acima demonstra que a religião não só não prescinde das armas, mas sim das boas armas, pois em ambos os lados havia a presença da religião, mas apenas um dos lados tinha as boas armas: Roma.

Outro aspecto da religião está na sua força educadora, na qual seu gesto tem a capacidade de construir, colaborar ou influenciar a construção do comportamento de um povo ou exército. A “verdade” apresentada pela religião cristã de “*estimar menos as honras mundanas*” (MAQUIAVEL, 2012, p. 189), por exemplo, caracterizada pela Igreja de Roma, vai contra a ideia de combate e uso da força tão defendidos por Maquiavel. As ações ferozes e a busca das honras e glórias vão de encontro aos precei-

tos da religião cristã, motivo pelo qual tornou Roma fraca diante dos combates e da defesa da liberdade.

De fato, Maquiavel percebe com muita clareza os gestos das religiões pela forma que seus sacrifícios e/ou cerimônias são realizados, constatando grande diferença entre as cerimônias pagãs e as cristãs.

E isso se pode ver em muitos de seus usos, a começar pela magnificência dos sacrifícios pagãos e em relação à humildade dos nossos. Pois entre nós há alguma pompa mais delicada que magnífica, mas nenhuma ação feroz ou vigorosa. [...] Naqueles não faltavam pompa nem magnificência nas cerimônias, às quais se somava a ação do sacrifício cheio de sangue e ferocidade, em que se matava uma multidão de animais, e cuja visão terrível tornava terríveis também os homens (MAQUIAVEL, 2012, p. 189).

Os gestos praticados nas cerimônias e sacrifícios religiosos remetem à prática exercida por cada qual. Quanto mais feroz era a cerimônia, assim também eram os homens. A tradição da qual a religião está imbuída é capaz de definir ou influenciar o comportamento de um povo. De fato, Maquiavel apresenta a religião, a tradição religiosa e suas cerimônias, como importante fator na constituição do comportamento de um povo. No paganismo, os valores voltados à glória mundana eram fundamentais, ao passo que no cristianismo destacam-se a humildade, a bondade e a contemplação. Se a força de um homem ou de um povo pode ser analisada pelas características de sua religião, é na religião pagã, com sua capacidade de influenciar as ações militares, que Maquiavel encontra o elo necessário para chegar a manter-se no poder com honras e glórias.

Foi Maquiavel quem transformou a visão sobre a política, não se preocupando com suas opções religiosas ou com as de quem quer que

seja, mas unindo-a objetivamente aos benefícios que a religião pode gerar para a política.

VI. OS PRÍNCIPES E A RELIGIÃO

A partir do que consta no Capítulo VI *d'O Príncipe*, Maquiavel trata “*Dos principados novos que se conquistam com armas próprias e com virtù*”. Entendemos que a religião, aliada às armas e à *virtù* do príncipe, resultam em boas fundações de novos Estados. N’*O Príncipe* há um projeto político bastante claro e uma situação religiosa extremamente favorável em que Maquiavel está inserido, de modo que seu discurso é conduzido a partir da religião com o objetivo de apresentar argumentos convincentes aos Médici. Tal discussão ora aparece em articulação com as armas, ora sem as armas, ora com as leis, mas sempre com o objetivo de dizer algo aos Médici. Nesse raciocínio, o secretário fala objetivamente de quatro príncipes que fizeram uso da religião aliada às boas armas e às boas leis.

Quanto aos que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais eminentes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e similares. E, ainda que não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi um mero executor de coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus (MAQUIAVEL, 2011, p. 26).

Maquiavel cita tais personagens, pois ele quer mostrar aos Médici o que deve ser feito, e para isso faz uso da retórica, apresentando exemplos de experiências do passado para colher as lições necessárias nas decisões. Foi sob o preceito de que a religião tem a capacidade de gerar os valores citados acima – coesão, domínio etc. –, que os príncipes

utilizaram-se dela para levar a bom êxito seus objetivos, e notadamente Maquiavel registra tais atos em seus escritos.

Moisés utilizou-se da religião, das *boas leis e das boas armas* para garantir a adesão necessária à criação do povo de Israel. A crença e a fé do povo estavam fundamentadas no temor a Deus. Além disso, Moisés não somente utilizou a religião, mas criou uma religião, falou com Deus e por isso é considerado por Maquiavel um homem louvável: “Entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões.” (MAQUIAVEL, 2012, p. 44).

O pensamento de Maquiavel sobre o destaque dado por ele aos ordenadores de religiões ocorre no momento em que ele trata do merecido louvor aos fundadores de uma república ou principado e da imperfeição dos fundadores de uma tirania. Ao criar uma hierarquia de louváveis, Maquiavel exalta claramente os que fundaram religiões, e critica os que fundaram tiranias, acusando-os de destruidores da religião. Portanto, se o príncipe não é tirano, a religião é construtiva.

Depois de Moisés, outro príncipe eminente citado por Maquiavel é Ciro, o imperador que fundou o Império Persa e transformou-o em um dos maiores da antiguidade. O governo de Ciro sempre tratou bem os povos dominados, possibilitando-lhes liberdade de ação e de religião, porém eram obrigados a servir o exército persa e pagar os tributos.

Maquiavel recorreu aos registros do historiador grego Xenofonte¹⁰, que narram que Ciro demonstrou grande tolerância religiosa

10 Ao tratar da importância da leitura das histórias sobre os homens excelentes, Ma-

ao manter intactas as instituições religiosas locais, cultuando deuses de regiões conquistadas, como quando entrou na Babilônia e consagrou-se rei no templo de Marduque. Portanto, Ciro utilizou-se da religião, das boas leis e das boas armas.

Nada nos faltará com a proteção das divindades. Se alguém tem alguma coisa que dizer, pode falar: se não, ide cumprir com os deveres religiosos e depois de invocardes os deuses a quem sacrificamos, ide ocupar os vossos postos. [...] Dirigidas as preces aos deuses, os oficiais foram ocupar seus respectivos postos. Ainda Ciro e seus satélites se entretinham nas cerimônias religiosas [...] Os persas imitaram o zelo religioso de Ciro, na esperança de se tornarem mais felizes, tomando para modelo um homem que ao mesmo tempo era seu chefe e o mais feliz dos homens. Demais, pensavam que procedendo assim lhe agradariam (XENOFONTE, 1956, p. 44).

Quanto a Rômulo, mesmo sem sentir a necessidade de se apoiar na autoridade dos deuses para organizar o Senado e estabelecer a ordem civil e militar, foi sob o seu governo que se estabeleceu parte da religião romana, em que eram cultuados deuses como Júpiter, Marte e Minerva. Já o sucessor de Rômulo, Numa Pompílio, foi mais efetivo e voltou-se para a religião instituindo o culto religioso.

O governo de Teseu em Atenas também foi repleto de realizações de festas e cerimônias religiosas, estímulo à imaginação e reflexão,

quiavel afirma categoricamente que *“Quem ler a vida de Ciro, escrita por Xenofonte, reconhecerá depois, na vida de Cipião, quanto este deveu de sua glória àquela imitação e quanto, em sua castidade, afabilidade, humanidade e liberalidade, Cipião estava em conformidade com o que Xenofonte escreveu sobre Ciro.”* (MAQUIAVEL, 2011, pp. 73-74).

suscitando a criatividade literária e artística. O próprio nascimento de Teseu já remete à religião. Ele seria filho de um deus com uma mortal (Egeu ‘Poseidon’ com Etra). Além disso, Teseu organizou o governo democrático, fazendo boas leis úteis ao povo.

Ainda que os príncipes mais eminentes citados por Maquiavel tenham se utilizado da religião para alcançar seus objetivos, é inegável que o sucesso de suas decisões só foi possível através do uso das armas em conjunto com a religião – “Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo, se estivessem desarmados” (MAQUIAVEL, 2011, p. 28).

Nota-se que a religião é o lugar de expressão do sagrado e o lugar da máxima realização daquilo que de melhor a sociedade projeta de si mesma e de cada sociedade particular, todavia, sem a força e as armas, os ordenamentos jamais seriam duradouros.

Maquiavel coloca a religião como uma das instituições que pode (e deve) sustentar toda atividade política, em momentos cruciais, ou ao menos entre os amigos. Sobre Roma, ele critica a Igreja romana depositando nela a responsabilidade pela sua própria corrupção.

Em outras citações, Maquiavel parece parafrasear trechos dos provérbios (25-2), *“a glória de Deus é agir em mistério e a glória dos reis, agir após exame”*. *“A razão por que a Itália não se encontra na mesma situação daqueles dois países [Espanha e França], não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a igreja, a qual, tendo possuído e saboreado o poder temporal, [papas Alexandre VI e Júlio II, sobretudo] não tem contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana”* (MAQUIAVEL, 2011, p. 28)

Como se fosse um pré-Lutero ou até um pré-Erasmo, Maquiavel profetizou:

se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabelecera, os estados que a professavam teriam sido bem mais felizes. Contudo, a religião decaiu muito. Temos a prova mais marcante desta decadência no fato de que os povos mais próximos da igreja romana, a capital da nossa religião, são justamente os menos religiosos. Se examinássemos o espírito primitivo da religião, observando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos sem dúvida que chegamos ao momento da sua ruína e do seu castigo” (MAQUIAVEL, 2011, p. 115).

Os preceitos elencados por Maquiavel nos quais se mantém a república cristã a partir do que foi estabelecido pelo seu “divino fundador” apontam que o cristianismo praticado no seu tempo era exatamente o contrário do que se praticava no cristianismo primitivo. Daí o fato de Maquiavel recorrer inclusive aos textos bíblicos para justificar seu pensamento.

Profético ou não, mais adiante, em 1527, ocorreu o saque de Roma pelos soldados de Carlos v e a Reforma Protestante.

O esforço de Maquiavel em juntar argumentos e exemplos para apresentar aos Médici é tão grande que reflete o seu desejo por uma Itália unificada. E ele acreditava que isso só era possível naquele momento, através da família que ele tanto serviu e que reunia todas as características necessárias para levar a bom êxito tão importante desejo. A esperança e a confiança de Maquiavel foram depositadas nos Médici e para tanto dedicou parte de sua vida, de seus estudos e do conhecimento adquirido com as experiências passadas.

II

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E, assim como a observância do culto divino é a razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é a razão de sua ruína. Pois onde falta o temor a Deus, é preciso que o reino arruíne-se ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta da religião (MAQUIAVEL, 2012, p. 51).

Neste artigo, de maneira objetiva, buscamos explicitar a prática religiosa, através de exemplos reais e detalhes dos cultos praticados, cujo objetivo era a fundação e refundação de estados. Emergiu daí também como se dá o papel da religião no uso das armas, através das forças militares, considerando a influência das cerimônias religiosas no comportamento do príncipe, do povo e do exército. Afirmamos, então, que a religião é peça fundamental na política e tal tema não passa despercebido nos escritos de Maquiavel.

Nesse sentido, Maquiavel, ao longo de sua vida e carreira diplomática a serviço de Florença, percorreu um caminho cujo objetivo se demonstrou orientar e conduzir os príncipes em como chegar ao poder e manter-se nele com honras e glórias, considerando uma lógica possível de êxito na política, tendo como pano de fundo um processo estratégico em que localizamos a presença da religião em tal ação política. Notamos, então, que o local de destaque que a religião ocupa no cenário político colabora de maneira importante com a estratégia de Maquiavel em persuadir a Casa dos Médici – em quem depositava sua esperança – frente ao seu desejo de uma Itália unificada e dominadora.

O grande esforço de Maquiavel considera a religião como centro da discussão, como um tema relevante e não marginal.

Identificamos que Maquiavel não demonstra apreço pela religião de sua época – a religião cristã –, nem vê nela utilidade política, mas deposita seus conselhos com base nos resultados que podem ser obtidos através da religião dos antigos – a religião pagã –, em que se encontra o estímulo, defendido pelo secretário, de coragem, *virtù*, virilidade e amor à pátria.

Pode-se, então, argumentar que a religião, em Maquiavel, é útil à política, quando utilizada concomitantemente com as boas armas e as boas leis, de modo que ela exerce o papel de convencimento, de persuasão, de estímulo aos exércitos e ao cumprimento das leis.

Enfim, a *prática religiosa na política* pode ser constatada nas ações de diversos príncipes, bem como na fundação de Roma, que é para Maquiavel o exemplo maior de regime político. Em Roma a religião está presente desde a sua fundação e este fato motiva a longa análise e dá o sentido de muitos conselhos do autor florentino.

A religião – sob a perspectiva do comportamento da religião pagã – é, portanto, um ente político de grande importância presente na realidade italiana, que pode interferir nas ações do estado desde que seja utilizada pelo príncipe de maneira estratégica junto ao povo e aos exércitos, tendo sempre como objetivo final chegar ao poder e nele manter-se com honras e glórias.

THE RELATIONSHIP BETWEEN POLITICS AND RELIGION IN MAQUIAVEL

ABSTRACT This work aims to explain the role of religion in the political perspective of Machiavelli to show how religion serves the interests of politics as well as the nuances found in the relationship between politics and religion according to the specific interests of each side, in order to clarify the close historical relationship between these two essential pillars of republican society. We will see how such a relationship is presented in *The Prince* and the *Discourses*, having as background the religious ceremonies in different situations.

KEYWORDS Machiavelli, politics, religion, religious ceremonies.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, HELTON (2009), *Maquiavel - Política e Retórica*. Minas Gerais: UFMG.

BARON, HANS (1998), *Busca del humanismo cívico Florentino, ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. México: Fondo de Cultura Económica.

_____ (1966), *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Chichester, West Sussex: Princeton University Press.

BIGNOTTO, NEWTON (1991), *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola.

BOBBIO, NORBERTO. MATTEUCCI, NICOLA E PASQUINO, GIANFRANCO (2002), *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília.

LEFORT, CLAUDE (1972), *Le travail de l'oeuvre. Maquiavel*. Paris: Gallimard.

_____ (1980), A primeira figura da filosofia da práxis. Uma interpretação de Antonio Gramsci. In: QUIRINO, C. G.; SOUZA, M. T. S. R. de (orgs.). *O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke,*

- Montesquieu, Rousseau. São Paulo: T. A. Queiroz.
- MAQUIAVEL, NICOLAU (2011), *O Príncipe*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____ (2012), *Discursos sobre a Primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- MOUNIN, GEORGE (1984), *Maquiavel*. São Paulo: Edições 70.
- POLÍBIOS (1985), *História*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- RIBEIRO, RENATO JANINE (2002), *A República*. São Paulo: Publifolha.
- SKINNER, QUENTIN (1996), *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2010), *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM Pocket.
- TITO LÍVIO (1989), *História de Roma*. São Paulo: Paumape.
- TOMMASINI, ORESTE (1999), *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nella loro relazione col machiavellismo*. Bolonha: Il Mulino, v. 2.
- VIROLI, MAURIZIO (2010), *Machiavelli's God*. New Jersey: Princeton University Press.
- _____ (2013), *Machiavelli Filosofo della libertà*. Roma: Castelvecchi.
- XENOFONTE (1956), *Ciropedia – A educação de Ciro*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc.

Recebido em 05/04/2015. Aceito em 20/04/2015.